

VISÃO DO CORREIO

Segurança digital e o escândalo do INSS

O escândalo que envolve entidades que têm termo de cooperação técnica com o INSS marca o noticiário brasileiro nos últimos dias a partir de uma fraude que alcança desvios estimados em R\$ 6 bilhões de aposentadorias e pensões, sem consentimento das vítimas. O caso também chama a atenção para um ponto pouco discutido nos espaços públicos: a segurança digital.

Sabe-se que parte das fraudes cometidas passou pelo acesso de golpistas a dados sensíveis de contribuintes. Em alguns casos, a trama se dava a partir do desconhecimento do beneficiário, que fornecia sua assinatura por ingenuidade. Mas, em outros, o vazamento de informações foi peça-chave do golpe.

Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em junho do ano passado mostrou que nem todos os descontos do INSS foram aprovados pelos titulares dos benefícios. Na verdade, bastava o fornecimento de uma lista mensal de segurados, junto à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), sem a necessária verificação documental.

A Dataprev está vinculada, hoje, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Em abril de 2024, o Ministério da Previdência Social reconheceu que houve vazamento de dados dos contribuintes em caso que ganhou o nome de Vazaprev. As cerca de 400 senhas de acesso ao sistema que caíram nas mãos dos criminosos permitiram a invasão de aproximadamente 60 dispositivos não reconhecidos à rede da Dataprev. A falha desviou cerca de R\$ 1,4 bilhão dos aposentados e pensionistas

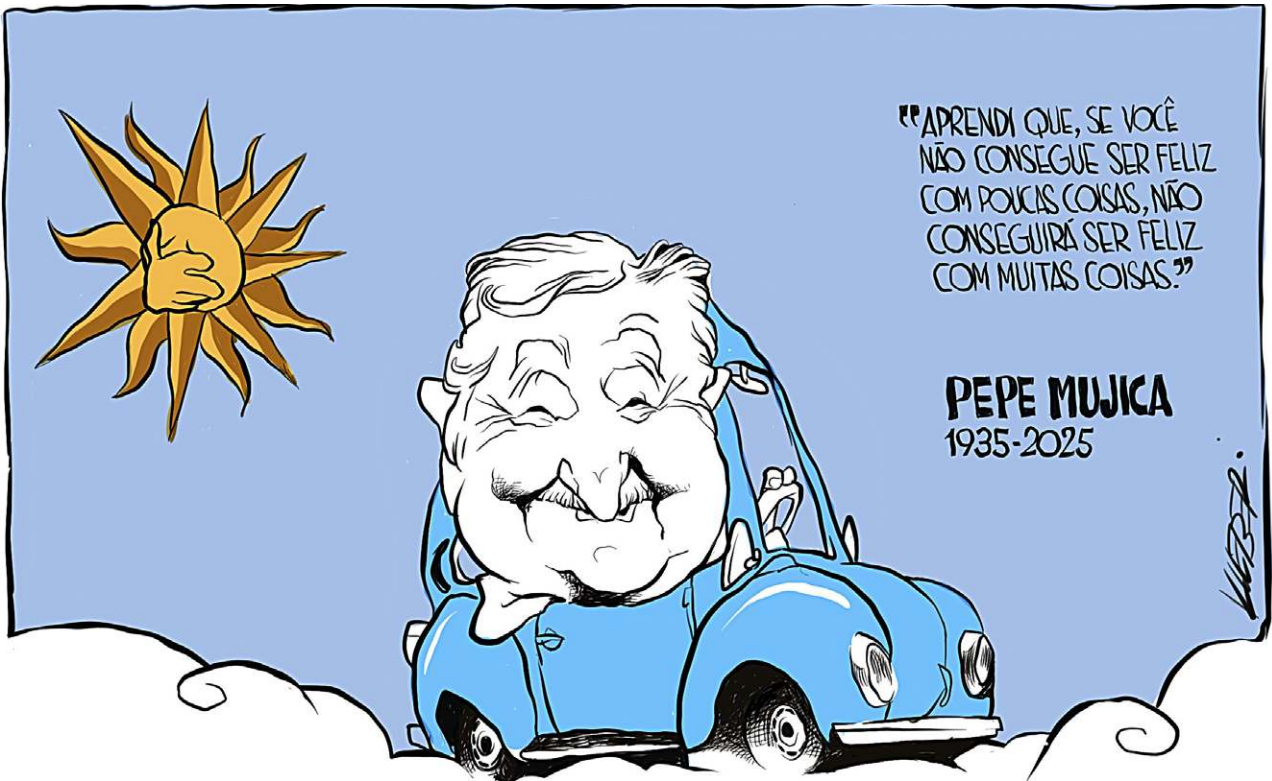
entre janeiro de 2022 a agosto de 2023, segundo o TCU.

Esse e outros casos, como o monitoramento irregular feito pela chamada Abin paralela até 2022, escancaram a necessidade de um pente-fino nos órgãos públicos de gestão federal. Se em Brasília há fragilidade na segurança digital, a pergunta se volta a como os dados são protegidos nos ambientes certamente mais frágeis de estados e municípios brasileiros.

Em um momento no qual prefeituras, estados e o próprio governo federal defendem a digitalização dos seus serviços, com a intenção de trazer comodidade ao cidadão ao diminuir a burocracia pública, a segurança dos dados da população precisa ser prioridade no desenvolvimento de qualquer interface.

Quem perde, no fim das contas, é sempre o cidadão, sobretudo o mais fragilizado, caso de aposentados e pensionistas. Vale lembrar que a fraude com os recursos pagos pelo INSS durava anos. Se a educação digital plena é um sonho distante, diante de um país ainda com cerca de 11 milhões de analfabetos, é preciso garantir a segurança digital dos sistemas públicos.

Quando restringiu o acesso ao CPF de candidatos a cargos públicos na última eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) justificou a falta de transparência com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Parte da retomada da confiança do brasileiro em suas instituições representativas passa por uma maior clareza sobre quem elas, de fato, devem representar. Os mais fragilizados e dependentes do Estado precisam ser prioridade na ordem do dia.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. » E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Fogo pagou

As realizações materiais dominantes, manifestadas em tecnologias dissociadas de afetos, resultam em um sistema de concentração materialista que mantém uma elite sem função social e de inclinação predatória. O sumiço do dinheiro em papel, ou papel-moeda, é uma tendência global impulsinada pelo mercado de faturamento eletrônico. Não à toa, a organização do trabalho, em nossos tempos, desenha-se sob o entrelaçado de condições sociais, econômicas e culturais influenciadas pelo vertiginoso fluxo de informações e tecnologias que move a era digital. Tal dinâmica engloba, ao mesmo tempo, condições de liberdade e de subserviência. Esse dilema muito se parece com o mote de *Fogo pagou* (1973), música imortalizada na voz de Luiz Gonzaga (1912-1989), o Rei do Baião: “Teve pena da rolinha que o menino matou/Mais depois que torrou a bichinha, comeu com farinha...gostou/Fogo pagou/Fogo pagou/Fogo pagou...tem dó de mim/Fogo pagou/Fogo pagou/Fogo pagou...é sempre assim/Todo mundo lamenta a desgraça que a gente passa num dia de azar/Mas se disso tirar bom proveito sorrir satisfeito fingindo chorar”.

» Marcos Fabrício Asa Norte

Viajantes

Políticos e empresários respirando ares saudáveis e luxuosos do exterior. Virou moda. Ninguém é de ferro. Notáveis versões modernas de Marcos Polos. A começar pelo chefe da nação, que adora viajar. Conhecer o mundo. Ampliar conhecimentos. Nessa linha, a vigilante colonista Denise Rothenburg (**Correio**, 13/3) revela os passos de muitos deles fora do Brasil. Estados Unidos é o local preferido da maioria. Todos belos e misturados. Entabulando negócios, acertando passos políticos. Paulo Octávio, governador Ibaneis Rocha, João Doria, senadores Ciro Nogueira e Davi Alcolumbre, governador Renato Casagrande, deputado Antônio Rueda, governador Ronaldo Caiado, anunciando retorno, e o secretário de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite. A vida é bela — para eles.

» Vicente Limongi Netto Asa Sul

Número de deputados

O artigo 45 da Constituição Federal de 1988 é de uma época tão ultrapassada em termos tecnológicos que me causa espanto a falta de raciocínio, de inteligência mesmo (porque até iletrados se elegem), de nossos legisladores que, por acaso, fazem as próprias leis... À época, o acesso à comunicação e aos transportes era quase nula. Hoje, uma tecla de computador nos traz o mundo que ficou menos distante com a rapidez dos transportes aéreos, aliás, doamos a eles passagens aéreas com tanta fartura que muitos as distribuem a granel para parentes e afins...E viajam pelo mundo, mas sem assimilar o que seria bom para nós, pois “progresso é para os outros”, e embarcam na ganstança. Dá para acreditar não termos linhas de metrô nas capitais? Não é aumentando o número de deputados, o maior do planeta (que deve ser diminuído) que vai resolver, mas a qualidade. Têm que estar cientes do porquê de estarem a nosso serviço, que é obter melhorias que sabem de cor — educação, saúde, transporte, segurança etc.Temos tanto dinheiro que muitos acham que esse tesouro deva ser “compartilhado” entre eles, mas não com o povo que os elegeu! Roubos bilionários, tanto tempo, tanta gente, e “eu não sabia”? O Brasil não fabrica dinheiro. Ele vem dos impostos estratosféricos que pagamos com nosso trabalho, indústria, comércio e exportações que alimentam o mundo.

» Angela Furtado Queiroz Asa Norte

AGU

A função da Advocacia-Geral da União (AGU) é defender os interesses da União, seja judicialmente, seja fora dos tribunais, além de prestar assessoria e consultoria jurídica aos órgãos do Poder Executivo. A AGU é responsável por defender os órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como autarquias e fundações públicas federais.

» Márcia Braz Henderson Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A CPI das Bets se transformou no circo das bets. A “testemunha”, debochada, botou os senadores no bolso. Um deles, Cleitinho, pediu e fez uma selfie com ela. Entenderam a razão pela qual o STF não respeita o Senado?

Milton Córdova Junior — Vicente Pires

Dizer que técnico estrangeiro não deve comandar a Seleção Brasileira é um pensamento anacrônico. É como nas grandes empresas: deve-se escolher o melhor dirigente, pois o objetivo sempre é o melhor resultado.

Paulo R. Souza — Brasília

Prezada Rosane Garcia, parabéns pelo justo recebimento do Prêmio Engenho Mulher !A vice-governadora Celina Leão enfatizou bem a importância dessa premiação. Parabéns para vocês, Gina Vieira e Joice Marques!

Daniilo Gomes — Brasília

A prisão do Collor é uma reparação histórica pelos males que ele causou ao país e ao povo brasileiro quando congelou a poupança das pessoas.

Alexandro Oliveira — Pindamonhangaba (SP)



RONAYRE NUNES ronayrenunes@dabr.com.br

Espetacularização e redes sociais

Entre 2012 e 2013, este que vos escreve fez um vestibular para a Escola Superior de Ciências da Saúde, mais conhecida como Escs. Na época, o sonho era engrenar uma graduação em medicina, mas isso não vem ao caso agora. O que importa é o tema da redação daquela prova. Era questionado como ajudar a população na participação política. Tal como uma epifania, a resposta me surgiu: as redes sociais. O ambiente virtual fervilhava naqueles tempos, e eu encarava a ascensão daquele mundo on-line como uma grande porta para uma maior e mais efetiva participação democrática. Mais de 10 anos depois, contudo, o Brasil acompanhou o desfile da nova era das redes sociais durante a sessão de ontem da CPI das Bets, e, agora, percebo como aquele adolescente estava errado sobre a esperança democrática das redes sociais.

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Bets tem um objetivo: investigar o que impulsionou o boom dos sites de apostas on-line (mais conhecidos como “Tigrinhos”) no país e quem está ganhando com isso — em especial, se esse ganho é legal. A sessão de ontem teve a participação de uma das maiores influenciadoras do país, Virginia Fonseca.

Com milhões de seguidores nas redes sociais, a mulher é uma das que divulgaram sites de apostas nas redes sociais. A propaganda é, então, levada a incontáveis brasileiros. As plataformas se tornam quase onipresentes.

Fugindo de qualquer julgamento sobre a moralidade desse tipo de divulgação (até porque, para ser sincero, este que vos escreve provavelmente não

negaria um pagamento milionário pela propaganda deste tipo de conteúdo), chamou-me a atenção como a política caminha para a espetacularização no meio das redes sociais. Foi um show feito para cortes no feed.

Era senador tentando tirar selfie com Virginia, eram perguntas sem nexo, uma polarização entre defendê-la e se aproveitar do engajamento nas redes, ou fazer críticas vazias e sem contexto. Não é a primeira vez que uma celebridade tem de marcar ponto em uma CPI, e não é a primeira vez que o local se transforma em show de quem grita mais. Mas, agora, algo mudou.

Foi possível observar a tentativa de reprodução de um modus operandi de todo o caos que guia as redes sociais, ou seja, ganha mais quem mais aparece. Esse contexto, contudo, não cabe em uma Casa legislativa, e é lamentável perceber que esse é o caminho que alguns parlamentares escolhem para espetacularizar os trabalhos no local.

Fico me perguntando onde o mundo vai parar quando todos parecem se preocupar mais em como um corte de 2 minutos vai ser repercutido. É como se cada ação, cada vivência se resumisse a esses pequenos vídeos. De certa forma, os parlamentares são mais uma peça nesse novo mundo de orquestra das redes sociais. Mas eles deveriam ser resistência.

A participação política nas redes sociais se transformou em poucos anos. As “vozes” democráticas que deveriam se multiplicar, viraram gritos sem sentido. Tudo se resume a cortes, em que o que importa é o engajamento, e não a mensagem.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara” Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS * SEG a DOM
Localidade	SEG/SÁB	DOM	RS 1.187,88
DF/GO	RS 5,00	RS 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp			
* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61)99158.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br